

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****ATA NÚMERO DEZANOVE DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 27 DE FEVEREIRO DE 2017**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, nesta Cidade de Tarouca, e Centro Paroquial Santa Helena da Cruz, teve lugar a décima nona sessão da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Domingos Manuel Pinto Nascimento, coadjuvado pelos membros Rui Manuel da Costa Pereira e Dina Maria de Almeida Tomé, primeiro e segundo secretários, respetivamente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos.

Procedeu-se de imediato à chamada para a verificação do quórum, tendo-se notado a presença dos seguintes membros, para além dos supramencionados que constituem a Mesa da Assembleia:

**- Membros eleitos diretamente:**

- Luís Fernando Coelho de Barros Pereira; António Luís Carrapa Sarmento; Manuel do Carmo Ferreira; Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso; Liliana Matias Soares; Ana Palmira Botelho Figueiredo; Paulo Jorge Dias Pereira; Manuel Leite dos Santos; e Anabela Carvalho Almeida Pinto Sousa.

**- Presidentes de Junta de Freguesia:**

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; Domingos dos Santos Rodrigues; Balduino do Carmo Fonseca, Tesoureiro da Junta de Freguesia da União de freguesias de Gouveias e Ucanha, em substituição de João Manuel Santos Félix; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira e Rui Fernando Guedes Raimundo.

**Não compareceram os seguintes membros:** António Carmo Santos; José Manuel de Andrade Oliveira e Teresa Alexandra Carvalho Silva.

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal e do Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, não tendo comparecido os Senhores Vereadores José António Amaro Nunes, Afonso Manuel Batista Dias e Susana Cristina Dias Pereira.

Verificou-se também a presença da Coordenadora Técnica, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2013 - 2017.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que hoje esta sessão se realiza num espaço diferente, em virtude de ter ocorrido um incêndio no passado dia dezanove de fevereiro corrente no edifício dos Paços do Município provocado por questões elétricas, não havendo ainda condições para se realizar ali esta sessão.

Cumprimentou de seguida todos os presentes, tendo dado as boas vindas ao Senhor Padre Adriano Assis, por ter vindo

pela primeira vez assistir a uma sessão da Assembleia Municipal.

Referiu que, independentemente do local onde se realiza a sessão da Assembleia Municipal, o que importa é que seja feito com responsabilidade e em prol do desenvolvimento do Concelho.

Salientou a atitude do Executivo perante o incêndio que ocorreu nos Paços do Município, por ter enfrentado o problema com serenidade, procurando arranjar as melhores formas para minimizar a situação que o mesmo causou. Felicitou por isso o Senhor Presidente da Câmara pela forma serena como encarou aquele problema tão complexo e como conseguiu por a funcionar os serviços do Município.

Aproveitou a oportunidade para chamar a atenção dos presentes, para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento da intervenção do público.

Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

❖ Apreciação e votação da ata nº 18 da sessão ordinária de 10.12.2016;

❖ Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Expediente, informações e contextualização da sessão.

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)**

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (continuação)**

❖ Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17º do Regimento.

❖ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1. Apreciação do Relatório Anual de Atividades e Avaliação de 2016 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, de acordo com a al. h) do nº 2, do art. 18º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1/09);

2. Discussão e votação do pedido de autorização para contratação de um empréstimo a longo prazo no valor de € 5.136.622,73, para a liquidação antecipada do empréstimo destinado a saneamento financeiro, e do plano de saneamento financeiro ajustado (artigo 81º da lei nº 42/2016, de 28.12);

3. Apreciação das declarações emitidas ao abrigo do nº 1 do art. 15º da Lei nº 8/2012, de 21.02:

a) compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2016 - declaração;

b) recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2016 - declaração;

c) pagamentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2016 - declaração.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

4. Apreciação e votação do pedido de autorização para assunção de compromisso plurianual decorrente da celebração do acordo de transação com a sociedade "Águas do Norte, SA", ao abrigo do n.º 1 do art. 47.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30.03, no valor de € 1.039.743,51;

5. Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento do Programa "Cidadão Participa";

6. Apreciação da informação respeitante à autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais respeitante ao período de 26.11.2016 a 17.02.2017;

7. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n.º 2 art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09).

♦ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2.º momento)**

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 18 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 10.12.2016**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a ata número dezoito da sessão ordinária de dez de dezembro de dois mil e dezasseis, cuja leitura foi dispensada, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

Não tendo sido apresentadas alterações, procedeu-se à votação da ata número dezoito da sessão ordinária de dez de dezembro de dois mil e dezasseis, a qual foi aprovada por maioria de dezasseis votos a favor e cinco abstenções dos membros Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso; Liliana Matias Soares; Anabela Carvalho Almeida Pinto Sousa; Balduino do Carmo Fonseca e Vítor Alexandre Cardoso Ferreira, por não terem estado presentes naquela sessão.

**INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: CONTEXTUALIZAÇÃO DA SESSÃO, EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que se encontra disponível para consulta a correspondência recebida, tendo destacado a seguinte:

- Ofício da Assembleia Municipal de Tondela, informando sobre a aprovação do voto de congratulação, relativo ao anúncio de uma Unidade de Radioterapia, no Centro Hospitalar Tondela - Viseu;
- Ofício da Assembleia Municipal de Viseu, informando sobre o teor da moção aprovada pela dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e outros;
- Convite da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo e do Agrupamento de Escolas de Tarouca para o II Fórum "Educação e Saúde" - 23 de fevereiro;

- Convite da Comissão de Festas de S. Brás para a Festa de S. Brás - celebrações religiosas de 5.02.2017;
- Convite do Centro Cultural e Recreativo de Ferreirim para "Comer os Milhos" - 19.02.2017;
- Convite da Associação ELAS para a Feijoada Solidária para angariação de fundos a favor do Centro Paroquial de Tarouca - 19.03.2017;
- Convite da UTAD para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal participar como conferencista nas I Jornadas de Línguas e Relações Empresariais.

Referiu que foram apresentadas justificações de falta pelos seguintes membros: - José Manuel A. Oliveira; Teresa Alexandra Silva e António do Carmo Santos, as quais serão arquivadas sob os números vinte e nove, trinta e trinta e um, respetivamente, no maço de documentos número um do livro de atas número onze.

Prosseguiu a sua intervenção referindo a situação anómala que ocorreu no Centro Escolar de Tarouca, onde algumas crianças sentiram mal-estar, louvando a atitude do Senhor Presidente da Câmara, que se manteve empenhado em resolver o problema com as autoridades de saúde pública, de uma forma discreta, para evitar alarmes sociais. Solicitou ainda ao Senhor Presidente da Câmara que preste mais informações sobre o assunto.

Referiu que as dinâmicas que têm acontecido no Concelho são muito vastas e por isso não as pode citar a todas, salientando o excelente concerto que a Banda Musical de Tarouca deu no Auditório Municipal, que a todos deixou orgulhosos pela qualidade do trabalho desenvolvido, endereçando-lhe os seus parabéns, extensivos às outras bandas do Concelho, por todo o trabalho que têm vindo a desenvolver no âmbito da cultura no Concelho.

Relativamente ao índice de transparência que foi, entretanto, publicado e que analisa a forma como os Municípios colocam a informação à disposição dos Municípios, o Município de Tarouca não ficou colocado numa posição muito favorável, o que se deve ao facto do *site* do Município estar obsoleto, não correspondendo às atuais necessidades. Desafiou por isso o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo a apresentar de uma forma rápida o novo *site* do Município.

Informou ainda que a seguir será apresentado o Congresso da Cidadania Política 2017.

Concluiu, cumprimentando o Senhor Professor Doutor Mário Pinto, que integrou a anterior Assembleia Municipal, sendo atualmente assessor de Sua Excelência o Senhor Presidente da República na área da saúde, ressaltando o grande orgulho em tê-lo presente nesta sessão.

**Interveio de seguida o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** que iniciou por salientar que o índice de

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

transparência que foi publicado não deixa de ser algo teórico, porque apenas se baseia no *site* do Município. Explicou que em setembro último tiveram a oportunidade de apresentar uma candidatura aos fundos comunitários na área informática, para a modernização de administrativa, onde se inclui o *site*, a qual foi aprovada. Assim, o novo *site* do Município está já a ser finalizado, do qual constará uma página destinada só ao índice de transparência, contendo toda a informação necessária e organizada para efeitos do referido índice, a qual já constava do anterior *site*, apenas não estava devidamente organizada e por isso foram penalizados.

Concluiu dizendo que o novo *site* será bastante interativo e pode ser acedido por qualquer cidadão nos diversos equipamentos, telemóvel, IPAD, etc., tendo explicado as diversas valências do mesmo, o qual se prevê que esteja disponível ao público em meados de março.

**Interveio de seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** tendo iniciado por dizer que o Congresso da Cidadania Política de dois mil e dezassete, terá lugar no dia vinte e sete de maio e, à semelhança dos anos anteriores, é organizado pela Comissão Permanente da Assembleia Municipal, constituída pela Mesa e por todos os líderes de partidos com assento na Assembleia Municipal, com a colaboração das Juntas de Freguesia e das Associações. Referiu que este ano o Congresso tem uma novidade, porque será em movimento, o qual terá início em S. João de Tarouca e terminará no espelho de água do Toquinho, em Dálvares/Valdevez.

Continuou informando que o Congresso começará por volta das nove horas e trinta minutos, em S. João de Tarouca, onde as pessoas vão ser recebidas com dinâmicas tradicionais que serão desenvolvidas pela Junta de Freguesia de S. João de Tarouca e pela Associação Recreativa e Cultural de S. João de Tarouca. Seguir-se-á depois em direção a Mondim da Beira e a Dálvares/Valdevez, com o apoio em todo o percurso dos Bombeiros. Pelas treze horas, será oferecido um almoço/convívio, a que se seguirá a apresentação dos projetos do concurso Cidadão Participa e a respetiva votação e no final haverá um momento de convívio.

Explicou que o grande tema do Congresso é a sustentabilidade do território, e que sendo a desertificação um dos grandes problemas da região, entende que nos devemos agarrar aos recursos endógenos que possuímos e que nos fazem diferentes, para promovermos o desenvolvimento.

Prosseguiu dizendo que no final desta sessão será apresentada uma nota à imprensa sobre o congresso, uma vez que estamos a noventa dias da sua realização.

Informou que foi convidado Sua Excelência o Senhor Presidente da República para participar no Congresso,



aguardando-se a sua resposta. Foram ainda convidados todos os Agrupamentos de Escolas e Escolas Profissionais do Douro Sul para participarem no evento.

Apresentou de seguida o vídeo promocional do evento, solicitando a toda a comunicação social presente na sessão que ajudem a divulgar o evento por toda a comunidade.

Passou-se de seguida ao

#### **1º MOMENTO DO PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Inscreveram-se para intervir no primeiro momento do período de intervenção do público os seguintes cidadãos: Manuel José Santos Carvalho, em representação da Associação Cultural e Recreativa de Vila Chã do Monte e o Senhor Padre Adriano Filipe Assis.

- **Manuel José Santos Carvalho** - Em representação da Associação Cultural e Recreativa de Vila Chã do Monte, agradeceu toda a disponibilidade e colaboração dadas pelos Senhores Presidente da Câmara, Vice-Presidente da Câmara e Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Tarouca, à Associação que representa.

Referiu que a Associação está a explorar um bar no antigo edifício das escolas, colaborando com as Comissões de Festas para a angariação de fundos, tendo já conseguido fazer a requalificação do respetivo largo envolvente às escolas.

Disse ainda que o citado edifício das antigas escolas está com um problema grave no telhado, mas a Associação não tem capacidade financeira para substituir o telhado. Uma vez que pretendem avançar com a organização de um grupo de bombos, mas não têm instalações, solicitou o apoio do Município para a referida substituição do telhado.

No final da intervenção, entregou ao Senhor Presidente da Câmara, por escrito, o agradecimento e o pedido que formulou.

- **Padre Adriano Filipe Assis** - Disse que é a primeira vez que está presente numa sessão da Assembleia Municipal, mas sentia que estava em dívida para com o Município, em face de todo o apoio que tem tido da edilidade.

Explicou que é Pároco em Salzedas desde há três anos, tendo encontrado a Paróquia numa situação de grande debilidade financeira e material. Por isso, revendo agora esses três anos, concluiu que grande parte do que se conseguiu fazer na Paróquia de Salzedas foi com o apoio incondicional do Senhor Presidente da Câmara, com a presença sempre atenta do Senhor Presidente da Assembleia e com o apoio da Junta de Freguesia de Salzedas.

Salientou que mais do que Pároco e de Presidente do Centro Social e Paroquial de Salzedas, vem aqui como um cidadão individual para agradecer aos órgãos do Município e à Junta de Freguesia de Salzedas todo o apoio dado à Paróquia de Salzedas, até porque sabe que mesmo para o que falta fazer



## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

continuará a ter o apoio das mesmas entidades, pelo que louva todos os envolvidos neste processo.

Concluiu manifestando o seu apreço pelos valores de cidadania e de grande sensibilidade humana que os órgãos do Município têm vindo a demonstrar para com as pessoas do Concelho, promovendo a sua cultura, o que tem ajudado a criar laços entre todos os Municípios.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal felicitou os cidadãos que acabaram de intervir, tendo-se passado de seguida à

#### **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17º DO REGIMENTO**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

Intervieram os seguintes membros:

- **Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo** - Disse que depois da intervenção do Senhor Padre Adriano não podia deixar de publicamente lhe agradecer por todo o trabalho que tem desenvolvido na freguesia de Salzedas, pela união e interajuda que tem promovido entre as pessoas da sua freguesia, o que só foi possível face à sua postura, à sua atitude e grande conhecimento que vem demonstrando.

Salientou ainda a ajuda dada pelo Senhor Presidente da Câmara, no que se refere à institucionalização de pessoas que vagueavam pela freguesia e que viviam sem condições básicas de vida, e que hoje estão bem, e devidamente acompanhadas por técnicos.

Agradeceu ainda à Câmara Municipal todo o apoio que foi dado ao último encontro de cantadores de janeiras, cujos grupos foram muito bem-recebidos.

Referiu ainda o trabalho da Associação dos Amigos de Santa Luzia, que conseguiu dar vida a uma povoação que estava muito parada e que agora tem uma atividade muito interessante, engrandecendo dessa forma a sua freguesia.

Concluiu informando que lançaram na última semana o *site* da freguesia de Salzedas, o qual considera que está interessante e que divulga bem a freguesia.

- **Tiago Jorge Martins Eusébio** - Reforçou o pedido que foi apresentado pelos elementos da Associação Cultural e Recreativa de Vila Chã do Monte, cujo trabalho já teve oportunidade de realçar numa sessão anterior deste órgão, assim como o das Comissões de Festas e da restante comunidade de Vila Chã do Monte, que em conjunto conseguiram realizar um excelente trabalho na recuperação dos edifícios das antigas escolas e da respetiva zona envolvente, pois suportaram inúmeras despesas, o que é de louvar e de agradecer.

Disse ainda que aquelas pessoas continuam com a mesma força de vontade para darem continuidade às obras de

requalificação das antigas escolas, contudo a substituição do telhado é uma obra muito dispendiosa, para a qual não dispõem de capacidade financeira, e por isso solicitam o apoio da Câmara Municipal.

Salientou que enquanto Presidente da Junta dará todo o apoio que lhe é necessário para a realização daquelas obras.

Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara o apoio para continuarem com as obras no edifício das escolas, sendo o telhado essencial, para preservar o mesmo.

Solicitou ainda ao Senhor Presidente da Câmara, que também é Presidente do Conselho da Comunidade do ACERS, que seja colocado no Centro de Saúde um sinal para estacionamento de deficientes e ainda um telheiro na parte exterior do edifício, que permita que em dias de chuva seja mais fácil meter ou tirar um doente de um carro ou de uma ambulância, e evitar que este se molhe.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Relativamente ao incêndio que ocorreu no edifício dos Paços do Município no passado domingo, salientou a serenidade do Senhor Presidente da Câmara para enfrentar uma tão grande adversidade, e a sua resposta eficaz, porque em conjunto com todos os trabalhadores do Município, conseguiram colocar os serviços rapidamente em funcionamento. Dirigiu uma palavra a todos os trabalhadores que lançaram mão à obra e colaboraram de forma exemplar para ultrapassar toda a situação. Entende que foi uma grande lição de serenidade e de ação que deram a todos.

Acerca do mal-estar que aconteceu com algumas crianças do Centro Escolar de Tarouca e com outras pessoas, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que informe quais os passos que foram dados no sentido de resolverem a situação. Lembrou, a propósito, que deve haver algum cuidado com os comentários que são colocados no *facebook* ou noutras redes sociais, pois podem causar alarmes sociais que poderiam ser evitados se as pessoas se informassem bem antes de o fazerem. Acrescentou que, especialmente, no caso de se tratarem de membros da Assembleia Municipal, julga que antes de escreverem ou de levantarem suspeições seja sobre o que for, se devem inteirar devidamente sobre os assuntos junto das entidades competentes e só depois escreverem sobre eles, dadas as suas responsabilidades como membros de um órgão autárquico.

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Iniciou por agradecer à comunicação social por existir, porque são pilares básicos da sociedade e da democracia e são tão ou mais importantes quando surgem laivos de autocracia, como está a acontecer atualmente na América com o surgimento do Presidente Trump, bem como em alguma da nossa "política caseira" em Portugal.

Informou que no final desta sessão irá apresentar o seu pedido de renúncia ao mandato, sendo por isso esta a sua última intervenção neste órgão, pelo que solicitou ao Senhor





Fl. 106  
2017.02.27

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Assembleia Municipal autorização para usar um pouco mais de tempo na sua intervenção.

Explicou que o motivo do seu pedido de renúncia ao mandato é pessoal, e deve-se, em primeiro lugar, ao facto de ter decidido abraçar o escutismo, que estava parado há algum tempo em Tarouca, mas que tendo surgido uma nova direção e uma nova equipa dirigente, decidiu integrá-la. Assim, na qualidade de futuro dirigente e de cidadão conta com o apoio de todos e de todas as instituições para levar a cabo os objetivos do Agrupamento de Escutas de Tarouca.

Disse ainda que não se sentia bem em consciência para aceitar assumir aquele desafio, estando envolvido em movimentos políticos, até porque o Regulamento do Corpo Nacional de Escutas, apesar de não obrigar os seus membros a afastar-se de qualquer partido, determina que o escutismo é independente e apartidário, daí a sua decisão de renunciar ao mandato.

Em segundo lugar, disse que o seu pedido tem também por base razões de consciência pessoal de cidadania política e ativa, porque entende que quando foram eleitos, os concidadãos depositaram neles expectativas e confiança, e fazendo uma autoavaliação e assumindo a sua própria culpa, entende que não cumpriu da melhor maneira este mandato. Na sua opinião este mandato pautou-se por um quase completo vazio de ideias, de opiniões e de posições políticas que fizessem mover a sociedade para a frente, parecendo-lhe que muito mais poderia ter feito. Considera, por isso, que cabe a cada um fazer sempre uma autoavaliação e quando verifica que não se está a servir da melhor maneira a população que os elegeu, se deve colocar o lugar à disposição, dando a oportunidade a outros de poderem fazer melhor.

Pediu desculpa a todos os cidadãos e conterrâneos que os elegeram, por não ter feito um melhor trabalho, pois entende que a política serve para trabalhar em prol da população e não para se andar adormecido ou a servir-se do povo.

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Assembleia agradeceu toda a colaboração, postura, intervenções mais ou menos acesas, tendo a certeza que das duas partes nunca houve qualquer ataque pessoal menos digno.

Endereçou ainda um agradecimento especial ao membro Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso, porque entende que é uma lufada de ar fresco nesta democracia local, uma vez que entende que é preciso entrar gente nova com ideias novas, movimentos políticos novos, porque isso é que faz as democracias avançarem, e evitar que se caíam em extremos e em autocracias.

Em resposta ao membro Rui Fernando Guedes Raimundo referiu que, enquanto cidadão livre, tem o direito constitucional que lhe assiste, numa democracia europeia de pleno direito, de expressar a sua opinião e o que lhe vai na alma através dos meios que entender adequados, e nunca se deixará calar por ninguém. Disse ainda que fez um comentário no *facebook* sobre uma situação grave de saúde pública, que lhe foi confirmada pelo Senhor Diretor do ACES Douro Sul, que o informou que foram afetadas cerca de cem crianças, para além de diversos adultos, que não foram contabilizados. Perguntou por isso se numa população de oito mil pessoas, com crianças afetadas não é um caso de saúde pública. Prosseguiu dizendo que questionou vários órgãos envolvidos, nomeadamente políticos, executivos, e da Administração Pública ligados à saúde e à escola, sobre o assunto, identificando-se como cidadão e pai de duas crianças afetadas, porque é um direito que lhe assiste o de ser informado pela Administração Pública, não tendo acusado ninguém, apenas usou o seu direito à informação previsto constitucionalmente, o qual continuará a usar em todas as circunstâncias. Acrescentou ainda que a Administração Pública tem o dever de informar os cidadãos e os cidadãos têm o direito de ser informados, o que não aconteceu neste caso concreto e que considera lamentável.

- **Rui Manuel da Costa Pereira** - Dirigindo-se ao membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira disse que o seu papel neste órgão foi importante, lamentando que renuncie ao mandato e desejando-lhe as maiores felicidades no seu percurso.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Iniciou por referir a questão do incêndio no edifício dos Paços do Município, porque entende que era importante saber o que de facto o provocou. Disse que louva a eficácia do Executivo no pós-incêndio, mas entende que também era importante perceberem o que ficou destruído, se o seguro cobre os estragos e se os serviços já estão a funcionar em pleno, mesmo que não sejam instalações ideais.

Quanto ao índice de transparência, pensa que o novo *site* apresentado vai responder ao exigido legalmente e por isso dá os parabéns ao Executivo, na pessoa do Senhor Vice-Presidente que o apresentou, parecendo-lhe que no próximo ano essa situação do índice de transparência será ultrapassada, apesar de não ver grande interesse neste índice, pois não percebe como se pode medir a transparência em órgãos públicos apenas por um *site*.

Ao membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira disse que lamenta que tenha renunciado ao mandato, desejando-lhe as maiores felicidades no âmbito do escutismo.

Acerca da intervenção do mesmo membro, disse que ficou com a dúvida sobre o "vazio de ideias", por não ter percebido se



## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se referia a toda a Assembleia Municipal, se ao Grupo Municipal a que pertence ou apenas a si próprio, porque pessoalmente não se revê nesse "vazio de ideias".

Em relação à situação que aconteceu em crianças do Centro Escolar e em alguns adultos, esclareceu o mesmo membro, que não está em causa a sua liberdade como cidadão, pois vivemos num País democrático, por isso pode dizer o que bem entende nas redes sociais ou noutro lugar qualquer. O que aqui está verdadeiramente em causa foi a forma como escreveu o texto no facebook e o facto de ser membro deste órgão, pois lançou uma série de perguntas, que afinal não tinham razão de ser, porque acabou de afirmar que obteve algumas respostas, designadamente do Senhor Diretor do ACES Douro Sul. Por outro lado, está também em causa o facto do seu comentário causar um alarme social que poderia ser evitado, uma vez que as autoridades de saúde reconheceram que não havia propriamente razão para alarme.

- **Luís Fernando Coelho Barros Pereira** - Explicou que na sua intervenção fez o "mea culpa" em relação ao seu mandato, ou seja, falou apenas de si próprio e da sua ação ou da sua inação, pois não podia falar dos outros.

Esclareceu ainda que o facto de ser membro da Assembleia Municipal, não pode ser razão para ver os seus direitos civis e de cidadão diminuídos, porque se assim fosse não existiria democracia, considera até que, pelo contrário, este seu cargo ainda reforça mais o seu dever de participação ativa na vida social, seja ela local, regional ou nacional.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Dirigindo-se ao membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira, disse que também não compreendeu o que quis dizer com o "vazio de ideias", pois no que lhe diz respeito sente-se totalmente realizado e útil no que está a fazer, senão não estaria aqui.

Disse ainda que lhe parece que em Tarouca toda a gente sempre teve à vontade para falar com qualquer dos órgãos autárquicos, por isso não entendeu a comparação que pretendeu fazer sobre a luta que a comunicação social está a travar na América com a eleição do Presidente Trump, porque neste concelho existe total liberdade, uma vez que há total abertura dos titulares dos órgãos autárquicos, tendo hoje a sua intervenção sido um exemplo desse liberdade em face do tempo que lhe foi permitido utilizar, daí que entende que foi um efetivamente um exemplo bastante infeliz.

Acrescentou que nunca teve a pretensão de lhe retirar o direito de escrever no facebook, apenas o quis alertar para o facto de aquele seu comentário naquela situação concreta poder provocar alarme social, o que julga que poderia ser evitado. Disse que se estivesse na sua situação, não teria procedido dessa forma, teria contactado primeiro as entidades responsáveis e perguntado diretamente o que se

passava, e só depois escreveria alguma coisa sobre o assunto.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Interveio no uso do direito de defesa da honra, tendo dito que pensa que ficou a dúvida em todos os membros em relação à afirmação feita pelo membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira de que havia aqui um "vazio de ideias". Disse ainda que lhe parece que se quis efetivamente referir a todos, porque salientou apenas como exceção o membro Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso, a quem considerou ser uma lufada de ar fresco neste órgão. Mas que, de repente, quando viu que a sua afirmação não lhe correu assim tão bem, decidiu focalizar-se em si próprio, fazendo parecer que foi mal interpretado.

- **Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso** - Agradeceu ao membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira o elogio que lhe dirigiu, o qual acha que não merece, porque também sente que poderia ter feito algo mais neste mandato, que não conseguiu fazer em face das suas limitações.

Quanto ao facto de terem adoecido cerca de cem crianças no Centro Escolar, referiu que se trata efetivamente de um caso de saúde pública, salientando que não lhe parece que uma comunicação no facebook seja uma forma de alarmar as pessoas, mas sim para dar a conhecer o que se passou ou para tentar sensibilizar para a situação. Concluiu pedindo que esta calorosa discussão fique por aqui, sem qualquer situação de mal-estar, porque não há dúvida que em Tarouca existe democracia.

- **O Senhor Presidente da Assembleia** - Disse que fica feliz com o contraditório que houve, o qual registou como algo positivo, porque a democracia constrói-se com opiniões e o seu contraditório. Felicitou por isso os membros que intervieram, pois entende são precisas muito mais deste tipo de dinâmicas.

Ao membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira felicitou-o pelo trabalho de cidadania que exerceu neste órgão, designadamente enquanto integrou a Comissão Permanente, que foi algo novo, e onde foi tomando as suas posições da forma como entendeu mais conveniente, pois a democracia nasce com a diferença. Concluiu endereçando-lhe as maiores felicidades nos seus futuros projetos, fazendo votos para que continue a ser um cidadão interveniente e ativo.

De seguida, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.

**O Senhor Presidente da Câmara** iniciou por agradecer ao Senhor Padre Carlos a cedência do espaço para a realização desta reunião.

Relativamente à intervenção do público, iniciou por responder ao Senhor Manuel José Santos Carvalho, tendo-lhe agradecido as palavras que dirigiu ao Executivo, salientando

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

que desde que tomaram posse sempre se pautaram por apoiar as Associações do Concelho em tudo o que lhes foi possível, pois entendem que o papel das Associações é muito importante, pela dinâmica que imprimem nas respetivas localidades, uma vez que com o encerramento das escolas, são as associações que trazem vida às povoações.

Quanto à substituição do telhado do edifício da escola de Vila Chã do Monte, disse que se procederá como tem sido habitual, celebrando um acordo de colaboração para a realização da obra.

Dirigindo-se ao Senhor Padre Adriano Filipe Assis disse que é sempre um gosto ouvi-lo, valorizando muito o trabalho que tem vindo a desenvolver na freguesia de Salzedas, pois conseguiu que os jovens se encontrassem e fizessem atividades muito interessantes. Disse ainda que poderá continuar a contar com a colaboração do Município, dentro do que lhes for possível.

Felicitou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salzedas, Manuel Laranjo, pelo seu contributo para com as instituições da sua freguesia.

Felicitou ainda o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salzedas, Tiago Eusébio, pela sua proximidade às associações da sua freguesia e pela sua total disponibilidade para colaborar. Quanto à sinalética no Centro de Saúde e ao abrigo, disse que tomou em devida nota os pedidos, para que venham a ser colmatadas essas falhas.

Acerca do incêndio no edifício dos Paços do Município, disse que foi uma situação que os deixou bastante preocupados, porque ninguém contava com aquilo, tendo explicado que tudo leva a crer que o incêndio teve origem numa sobrecarga que se espalhou aos fios elétricos, e que a sorte foi o alarme disparar. Acrescentou que perante aquela situação restava apenas ter a serenidade necessária para tentar minimizar o problema.

Referiu que os bombeiros demonstraram muita competência, pois foi difícil perceber donde provinha o incêndio, mas logo que foi identificado, foi imediatamente parado naquele espaço, não tendo havido documentos estragados, o que se deveu à rápida intervenção dos bombeiros, acompanhados sempre pelo Senhor Vice-Presidente, a quem dirigiu um abraço amigo e o seu bem-haja pela atuação competente e rápida.

Quanto à situação que ocorreu no Centro Escolar, explicou que logo que lhe foi comunicado que um grande número de crianças tinha ido parar ao hospital, tomou as providências necessárias para que fosse detetada a proveniência do problema, contactando o Diretor da Escola e o Delegado de Saúde, que analisou de imediato a água, os alimentos, tendo concluído que se tratava de uma virose que não teve início no Centro Escolar, por isso o Diretor da Escola e o Delegado



de Saúde entenderam que não havia razão para serem alertados os pais, tendo-se mantido sempre atento à situação.

Dirigindo-se ao membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira, disse que lhe poderia ter ligado diretamente para se inteirar do que se passava, porque poderia ter evitado o alarme e o mal-estar que causou.

Quanto ao pedido de renúncia ao mandato que aquele membro apresentou, disse que lamenta que deixe este órgão, porque apesar dos momentos de discussão que aqui aconteceram, sempre decorreram com a maior elevação.

Em relação ao "vazio de ideias" que referiu, disse que este Executivo sempre acolheu e aceitou as ideias de todos, e apesar de nem sempre se conseguir realizar tudo, sempre tiveram em conta todas as sugestões.

Ao membro Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso disse que apesar de algumas vezes se ter verificado um pouco de crispação entre os membros, sempre houve elevação de todas as partes e hoje também foi isso que aqui aconteceu, o que quer dizer que neste caso não seria necessária a sua chamada de atenção.

Terminadas as intervenções, **passou-se de imediato à discussão do primeiro ponto da ordem do dia:**

**PONTO 1 - APRECIÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES E AVALIAÇÃO DE 2016 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TAROUCA, DE ACORDO COM A AL. H) DO N° 2, DO ART. 18° DA LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO (LEI N° 147/99, DE 1/09)**

Presente o Relatório Anual de Atividades e Avaliação do ano de dois mil e dezasseis da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, de acordo com a al. j) do n° 2, do art. 18° da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n° 147/99, de 1/09).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, presente na reunião, para proceder à apresentação do referido relatório.

**A Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca** iniciou por dizer que se manteve mais ou menos o mesmo número de processos do ano anterior, tendo explicado a composição da Comissão Alargada e da Comissão Restrita.

Apresentou de seguida o número total de processos transitados, abertos, reabertos e arquivados, no ano findo. Destacou que a faixa etária mais problemática no Concelho é entre os onze e os dezasseis anos.

Explicou que os processos instaurados resultam da parceria estabelecida com diversas entidades, nomeadamente com a escola, as autarquias locais e as forças de segurança, que têm feito diversas sinalizações, a quem agradece.



Fl. 109  
2017.02.27

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Referiu que os maiores motivos para intervenção no Concelho continuam a ser a violência doméstica e a negligência, o que se deve às altas taxas de alcoolismo e à falta de condições económicas dos agregados familiares.

Apresentou de seguida as medidas que foram aplicadas nos processos, tendo a maioria sido de apoio junto aos pais, salientando que têm privilegiado a retaguarda familiar, por entenderem que apesar de haver alguma negligência e violência, é sempre no seio da família que as crianças estão melhor, o que requer um maior esforço da parte da Comissão, para fazer o acompanhamento dos pais.

Referiu que têm sempre contado com a colaboração da Câmara Municipal, nomeadamente através da cedência de Técnicos do Gabinete de Ação Social, o que agradece ao Senhor Presidente da Câmara. Agradeceu ainda ao Senhores Presidente do CLDS e ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia pela cedência de técnicos que têm prestado um importante apoio à Comissão no trabalho a desenvolver junto dos pais e das famílias das crianças.

Referiu a realidade processual que transitou para o ano de dois mil e dezassete, na qual se verifica que a violência doméstica continua a ser o principal motivo de intervenção. Concluiu a sua intervenção, apresentando um vídeo contendo imagens das atividades que foram realizadas pela Comissão no ano de dois mil e dezasseis, em parceria com as diversas entidades do Concelho.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** disse que tem acompanhado de forma discreta e atenta o trabalho que a CPCJ tem vindo a desempenhar, louvando a disponibilidade de todos os cidadãos que compõem as Comissões Alargada e Restrita, pelo facto de se disponibilizarem para esse trabalho tão importante. Salientou ainda a Presidente da CPCJ, pela sua generosidade e abertura que muito valoriza, pedindo-lhe que endereçasse a todos os restantes elementos o seu mais profundo respeito pelo trabalho de todos.

Disse ainda que enquanto houver uma criança em risco isso é muito preocupante e, por isso, todas as ações que vão sendo desenvolvidas são uma excelente forma de envolver todos e de chamar a atenção para os que sofrem de violência.

Concluiu manifestando o seu reconhecimento por todo o trabalho desenvolvido pela CPCJ de Tarouca.

- **Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso** - Agradeceu como cidadã, mulher, mãe e médica por todo o trabalho da CPCJ, que é muito valioso e não é fácil, e especialmente como médica reconhece que é fundamental ter os técnicos da CPCJ na retaguarda, servindo de suporte básico para resolverem diversas situações que vão sendo detetadas. Acrescentou que, apesar de muitas crianças e jovens serem referenciadas pela saúde, depois os profissionais de saúde não têm conhecimento da forma como são finalizados os

respetivos processos, solicitando por isso o *feedback* sobre a finalização desses processos.

- **Presidente da CPCJ** - Em resposta, informou que, de acordo com a legislação em vigor, sempre que o processo chega à Comissão, ele se deve iniciar, desenrolar e terminar sem que mais nenhuma entidade tenha conhecimento, com exceção do Ministério Público.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** disse que tudo o que puder ser feito para não estigmatizar o futuro das crianças deve ser feito, por isso a CPCJ deve ser o último recurso e tem de ser sigilosa.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Destacou o trabalho fantástico da Presidente da CPCJ, a quem agradeceu. Na qualidade de Presidente de Junta disse que está sempre atento e disponível para colaborar com a CPCJ e na qualidade de Provedor da Santa Casa da Misericórdia, disse que esta instituição tem sido parceira da CPCJ, e que continuará sempre disponível para colaborar em qualquer situação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos necessários.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** iniciou por salientar o excelente trabalho que tem sido realizado pela CPCJ, em conjunto com as diversas entidades parceiras.

Considera que é muito importante manter, sempre que possível, as crianças junto à família, mesmo não funcionando cem por cento bem, porque serão decerto mais felizes.

Concluiu dando os parabéns à Presidente da CPCJ e a todos os restantes elementos da Comissão, bem como a todos os parceiros, salientando que faz questão de estar sempre presente em todas as atividades levadas a efeito com as crianças.

Foi tomado conhecimento do Relatório Anual de Atividades e Avaliação do ano de dois mil e dezasseis da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca.

Os membros Liliana Matias Soares e Ana Palmira Botelho Figueiredo, nesta altura, retiraram-se da reunião.

**PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO NO VALOR DE € 5.136.622,73, PARA A LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO EMPRÉSTIMO DESTINADO A SANEAMENTO FINANCEIRO, E DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO AJUSTADO (ARTIGO 81º DA LEI Nº 42/2016, de 28.12)**

Presente o pedido de autorização para contratação de um empréstimo a longo prazo (14 anos), no montante de € 5 136 622,73 (cinco milhões e cento e trinta e seis mil e seiscentos e vinte e dois euros e setenta e três cêntimos) para liquidação antecipada do empréstimo destinado a saneamento financeiro (artigo 81º da lei nº 42/2016, de 28.12), aprovado em reunião camarária de vinte e um de fevereiro corrente, acompanhado do mapa demonstrativo da



FL. 110  
2017.02.27

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

capacidade de endividamento do Município, das propostas recebidas, da informação da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, e do plano de saneamento ajustado, cujos documentos foram remetidos antecipadamente a todos os membros, e que a seguir se transcreve:

**"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO (14 ANOS), NO MONTANTE DE € 5 136 622,73 PARA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO EMPRÉSTIMO DESTINADO A SANEAMENTO FINANCEIRO (ARTIGO 81º DA LEI Nº 42/2016, DE 28.12)**

**PEDIDO DE APROVAÇÃO DO RESPECTIVO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO AJUSTADO**

#### PROPOSTA

Na sequência da deliberação desta Câmara Municipal proferida em 27.01.2017, foram consultadas várias entidades bancárias para apresentação de propostas, tendo em vista a contratação de um empréstimo a longo prazo (14 anos), no montante de € 5 136 622,73, destinado a liquidar antecipadamente o empréstimo para saneamento financeiro, com o prazo de 12 anos, contratado com o Banco BPI SA, em 14.03.2010, no montante inicial de € 6 500 000,00.

Responderam ao convite do Município duas entidades bancárias.

As propostas foram objeto de análise e enquadramento legal nos termos constantes da informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, datada de vinte de fevereiro corrente, que aqui se dá por integralmente reproduzida.

Com fundamento na mencionada informação, **proponho** a V. Exas. que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, delibere solicitar à Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea f) do nº1 do artigo 25º do mesmo diploma:

a) autorização para contratar, ao abrigo do disposto no artigo 49º, nºs 1,2 e 5 da Lei nº 73/2013, de 3.09 e no artigo 81º da Lei nº 42/2016, de 28.12, cujos requisitos estão reunidos, com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego, um empréstimo de longo prazo, por 14 anos, até ao montante de € 5 136 622,73 (cinco milhões e cento e trinta e seis mil e seiscentos e vinte e dois euros e setenta e três cêntimos), à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor a 6 meses", apurada com a referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um spread de 0,9% e ainda da comissão de análise no valor de € 150,00 e da comissão de

análise no valor de 0,5% sobre o montante contratado e nas demais condições constantes da sua proposta.

O empréstimo a contratar destina-se a liquidar antecipadamente o empréstimo para saneamento financeiro, com o prazo de 12 anos, contratado com o Banco BPI SA, em 14.03.2010, no montante inicial de € 6 500 000,00.

b) aprovar o plano de saneamento financeiro ajustado, subjacente à presente operação de substituição de dívida.

Anexos:

1. 2 propostas recebidas;
2. informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira;
3. mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Paços do Município, 20 de fevereiro de 2017

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** disse que desde o início do mandato foi identificado um grande constrangimento estrutural, ou seja, o serviço da dívida era incomportável, uma vez que foi contraído um empréstimo de saneamento financeiro quatro anos antes de tomarem posse, que tinha como premissa um período de carência de três anos, que para ele era inaceitável, pois permitiu ao anterior Executivo não fazer qualquer amortização da dívida durante o período de três anos, adiando assim a dívida.

Disse ainda que, tendo em conta que a realidade que existia há cerca de sete anos é totalmente distinta da atual, no que respeita por exemplo à receita, que baixou imenso, estes últimos três anos foram muito complexos, salientando as inúmeras horas que o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vice-Presidente perderam para resolver problemas gravíssimos que todos os dias surgiram por dificuldades de tesouraria para resolver coisas básicas.

Ressaltou que nunca concordaria com uma renegociação da dívida que previsse qualquer período de carência, por isso, felizmente este empréstimo não contempla essa possibilidade. Deu de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos necessários.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** disse que efetivamente desde o início do mandato sempre tiveram intenção de reestruturar a dívida do Município, em face de todas as dificuldades financeiras que encontraram, e por isso tudo fizeram para que isso fosse possível, mas a lei até dezembro último não permitia qualquer forma de reestruturação, o que só foi permitido no corrente ano.

Agradeceu, por isso, a compreensão que todos os Presidentes de Junta tiveram com esta difícil situação financeira do Município, bem como toda a colaboração que prestaram para a execução de obras nas freguesias.



Fl. **111**

2017.02.27

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Informou que o atual empréstimo permitirá que seja dilatado o prazo da dívida, o que baixará os encargos semestrais do Município, para além de não estar previsto qualquer período de carência.

Aproveitou para informar que, em breve, teremos em Tarouca a exploração de água engarrafada, cujo contrato já foi celebrado entre o Ministério da Economia e uma empresa que a irá comercializar como "Águas de Tarouca" e que se comprometeu a criar vários postos de trabalho.

Informou ainda que foi contactado por uma empresa chinesa, que manifestou a intenção de construir uma fábrica de painéis solares no Concelho, tendo-se disponibilizado totalmente para colaborar, se existirem condições para o efeito.

**Passou de seguida a palavra ao Senhor Vice-Presidente**, que iniciou por agradecer de forma especial à Chefe de Divisão da DAF e à Técnica Superior, Célia Silva, que o acompanharam na elaboração do plano de saneamento ajustado, por todo o empenho e dedicação que aplicaram neste trabalho, sem nunca contabilizarem horas para a sua realização.

Explicou que as condições iniciais do empréstimo do plano de saneamento financeiro contraído em dois mil e dez eram as seguintes: - capital: seis milhões e quinhentos mil euros; - taxa de juro: Euribor a seis meses a que acresce o spread de 1,375%; e um período de carência de três anos, e foi contratualizado com o Banco BPI.

Referiu que o grande pressuposto de um plano de saneamento financeiro é o princípio da prudência, que falhou no primeiro plano, pelas seguintes razões:

- Previra-se o aumento de 5% anualmente das transferências do Estado, o que não aconteceu, e por isso resultou num desvio acumulado de 3.941.151,00€ (três milhões e novecentos e quarenta e um mil e cento e cinquenta e um euros), daí que o novo plano ajustado não preveja o aumento das transferências de Estado;

- Em face da nova legislação que foi aprovada, o Município de Tarouca acabou por ser afetado em relação à receita do IMI, que diminuiu no último ano em cerca de 80.000€ (oitenta mil euros), consequência das isenções atribuídas pelo Estado, o que não estava previsto;

- Não estava previsto o aumento do IVA da eletricidade de 6% para 23%, que originou um desvio superior a 350.000€ (trezentos e cinquenta mil euros), em quatro anos;

- A criação do Fundo de Apoio Municipal desde dois mil e quinze, com o pagamento anual de 57.385,00€/ano (cinquenta e sete mil e trezentos e oitenta e cinco euros por ano), o que perfez em dois anos o valor de € 114.770,00 (cento e catorze mil e setecentos e setenta euros), que também não estava previsto;

- O pagamento ao Serviço Nacional de Saúde no valor de €5.781,00/mês, representando uma despesa adicional de € 69.400,00/ano (sessenta e nove mil e quatrocentos euros por ano);

- Aumento da contribuição da entidade empregadora para a Segurança Social (passou de 20,6% em 2010 para 23,75% a partir de 2013) e para a Caixa Geral de Aposentações (passou de 15% em 2010 para 23,75% a partir de 2014), ou seja, verificou-se um desvio de € 857.000 (oitocentos e cinquenta e sete mil euros).

Salientou que, por todas as razões expostas, o Plano de Saneamento Financeiro tinha de ser ajustado urgentemente, o que não era permitido legalmente até dois mil e dezasseis, mas o Orçamento de Estado do corrente ano veio dar essa possibilidade. Por isso, avançaram de imediato com o plano de reajustamento, tendo sido Tarouca o primeiro Município a completar a sua reestruturação, não havendo ainda uma grande experiência da parte da banca para responder a esta situação. Manifestou o seu orgulho por terem conseguido fazer este plano de reajustamento com os colaboradores do Município, ou seja, sem contratar qualquer empresa para o efeito, o que se deveu à importantíssima colaboração dos referidos funcionários da Divisão Administrativa Financeira que tudo fizeram para que isso fosse possível, tal como aconteceu aquando do incêndio, como já foi anteriormente salientado.

Prosseguiu informando que a atual situação do Município é a seguinte:

- Aumento da receita líquida do Município em 7% no último ano;
- Redução da dívida total de cerca de catorze milhões e setecentos mil euros (em dois mil e treze) para onze milhões e novecentos mil euros;
- Redução do indicador de excesso de endividamento de 2,43 para 1,57 entre 2013 e 2017 (ou seja, passou-se de um excesso inicial de cerca de 5 milhões de euros para cerca de 538 mil euros no final de 2016);
- Redução da despesa corrente consecutivamente nos últimos três anos: despesa com pessoal menos 1,81% e despesa com bens e serviços menos 9,94%.

Acrescentou que neste novo plano de saneamento financeiro há uma boa novidade, o facto de o Município ter ganho o primeiro processo às Águas do Norte, sobre a questão dos mínimos consumidos.

Quanto às medidas de contenção prevêem-se as seguintes:

- A despesa com pessoal só aumentará até à taxa de inflação;
- Não aumento da despesa com a remuneração dos titulares dos cargos políticos;
- Evolução da taxa global da despesa corrente, até ao máximo da taxa de inflação;



2017.02.27

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

- As despesas com investimento estão limitadas à poupança que o Município conseguir fazer entre as despesas e as receitas correntes e com fundos comunitários.

Ressaltou que todas estas poupanças, em nenhum momento, preveem o aumento de taxas aos Municípios.

Referiu ainda que está prevista uma operação de alienação de patrimônio, relativa aos 12 fogos habitacionais, que pode vir a ser uma almofada financeira, assim como também a venda de lotes para a área logística empresarial de Tarouca, não foi prevista no plano, podendo vir também a ser uma almofada financeira.

Concluiu referindo a importância desta reestruturação do Plano de Saneamento Financeiro, a qual não prevê qualquer período de carência, tendo explicado que foram pedidas propostas a todos os Bancos em funcionamento na região, mas só foram apresentadas duas propostas pelo Millennium BCP e pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, tendo esta última sido a mais vantajosa, porque o *spread* apresentado vai permitir uma poupança de juros de cerca de 40%, tendo em consideração o contratado anteriormente.

Intervieram os seguintes membros:

- **Rui Manuel Costa Pereira** - Iniciou por referir que não podemos esquecer o passado, porque ele foi fundamental para a vivência que o Executivo teve, especialmente, no que respeita à "ginástica" financeira que tiveram de fazer neste três anos de mandato. Considera que todos os pressupostos do anterior plano de saneamento financeiro podem ser justificáveis, apenas entende que o período de carência que foi aprovado na altura não fazia qualquer sentido.

Relativamente ao presente plano de saneamento ajustado, disse que para além do princípio da prudência que devem ser tidos em consideração, verificou que o *spread* é substancialmente inferior ao anterior, o que permitirá um encargo financeiro muito mais diminuto, pelo que deu os parabéns ao Executivo pelo trabalho executado em termos de reajustamento do saneamento financeiro.

Concluiu dizendo que analisando os dois planos de saneamento financeiro se verifica que em termos de valor atualizado das prestações o valor será muito diferente, pois o atual permitirá uma poupança substancial, o que vai permitir ao Município aproveitar e utilizar os fundos comunitários que estão previstos e que são fundamentais para o desenvolvimento do Concelho.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Deu os parabéns ao Executivo pelo plano de saneamento ajustado, porque é totalmente diferente do anterior, uma vez que não está previsto período de carência e vai trazer um grande alívio em termos de tesouraria, libertando fundos que podem ser aproveitados para os fundos comunitários.

Agradeceu a todos os trabalhadores que colaboraram na elaboração do documento, porque permitiram que se resolvesse uma situação muito importante para o Município.

Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos necessários.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** iniciou por agradecer ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo por todo o trabalho realizado, porque dedicou muitas horas para além do horário laboral, para conseguir elaborar este plano de reajustamento.

Agradeceu ainda aos funcionários que com ele estiveram, sem questionarem o horário de trabalho, designadamente a Chefe de Divisão da DAF e a Técnica Superior, Célia Silva. Salientou que foram o primeiro Município a conseguir realizar este trabalho, porque, por um lado, tiveram a colaboração dos funcionários, e, por outro lado, a necessidade a isso os obrigou, uma vez que no site da DGAL o Município de Tarouca ainda constam como o que mais deve per capita, por isso tiveram mesmo de avançar com este plano em face da complexa situação financeira que enfrentaram.

A propósito, ressaltou novamente o que se passou no pós-incêndio nos Paços do Município, quando os trabalhadores chegaram todos ao local às oito horas prontos para ajudarem na limpeza do edifício e a empresa de limpeza contratada só chegou às dez horas e trinta minutos, o que é de lamentar. Por isso, quando dizem que os funcionários públicos não fazem nada, isso não é minimamente verdade. Acrescentou que apesar da tristeza que teve com o incêndio, sentiu-se um homem feliz pelos excelentes colaboradores que o Município tem.

Terminada a discussão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação do plenário tendo sido deliberado por unanimidade o seguinte:

a) autorizar a contratação, ao abrigo do disposto no artigo 49º, n.ºs 1, 2 e 5 da Lei n.º 73/2013, de 3.09 e no artigo 81º da Lei n.º 42/2016, de 28.12, cujos requisitos estão reunidos, com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego, de um empréstimo de longo prazo, por 14 anos, até ao montante de € 5 136 622,73 (cinco milhões e cento e trinta e seis mil e seiscentos e vinte e dois euros e setenta e três cêntimos), à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor a 6 meses", apurada com a referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um spread de 0,9% e ainda da comissão de análise no valor de € 150,00 e da comissão de abertura no valor de 0,5% sobre o montante contratado e nas demais condições constantes da sua proposta. O empréstimo a



Fl. 113  
2017.02.27

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contratar destina-se a liquidar antecipadamente o empréstimo para saneamento financeiro, com o prazo de 12 anos, contratado com o Banco BPI SA, em 14.03.2010, no montante inicial de € 6 500 000,00.

b) aprovar o plano de saneamento financeiro ajustado, subjacente à presente operação de substituição de dívida. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, após a aprovação dos documentos, disse que o Executivo está de parabéns, assim como todos os partidos políticos aqui representados, porque demonstram desta forma que Tarouca é claramente diferente, por isso pediu uma salva de palmas para todos pelo resultado da votação, o que foi feito.

Aproveitou ainda para agradecer ao Senhor Padre Carlos Lopes a cedência do espaço no Centro Paroquial Santa Helena da Cruz para a realização desta sessão da Assembleia Municipal. Disse ainda que foi uma excelente oportunidade para todos os membros conhecerem esta grande obra que é o Centro Paroquial Santa Helena da Cruz, que serve a imensa Paróquia de Tarouca, e que materializa um sonho muito antigo do Senhor Padre Carlos, cuja obra teve uma participação muito ativa do Município e da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares.

Solicitou por isso a todos os presentes que homenageassem o esforço do cidadão Padre Carlos Lopes, pelo trabalho que aqui foi feito, acreditando em algo que parecia impossível, mas que conseguiu concretizar, tando pedido uma salva de palmas, o que foi feito.

**Interveio de seguida o Senhor Padre Carlos Lopes** tendo iniciado por dizer que se cumpriu hoje a palavra de que este edifício está aberto à comunidade tarouquense.

Convidou a todos os presentes para visitarem o edifício, desejando que se sintam aqui bem.

Referiu que é uma alegria ver todas as semanas aqui cerca de 300 crianças a usufruir deste espaço. Explicou que todas as salas dispõem de Internet, mas há duas salas especialmente apetrechadas para esse efeito.

Disse ainda que, com exceção da ajuda da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, a Paróquia investiu aqui cerca de um milhão e duzentos e cinquenta mil euros, não devendo nada a ninguém neste momento. Ora, num País em que se compromete o futuro das gerações futuras por causa das dívidas contraídas, é uma grande alegria a Paróquia não deixar dívidas para as próximas gerações.

Lastimou que a comunicação social seja "cega surda e muda" para uma obra desta envergadura, que saiu do sangue do povo, e da ajuda das Autarquias Locais.

Concluiu agradecendo à Assembleia Municipal por vir aqui reunir, pedindo-lhes que venham sempre que quiserem.



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, relativamente ao incêndio que ocorreu nos Paços do Município, disse que teve a oportunidade de se deslocar ao local no dia seguinte e de presenciar a desolação e a inquietação, mas também de sentir a garra e a determinação do Executivo e de todos os funcionários, pelo que pediu também uma salva de palmas como forma de singela homenagem a todos os funcionários pela forma como agiram e reagiram à situação, o que foi feito. Nesta altura da reunião, pelas dezoito horas foi feito um intervalo.

Foram retomados os trabalhos pelas dezoito horas e quinze minutos, com a presença dos mesmos membros, com exceção dos seguintes: Liliana Matias Soares; Ana Palmira Botelho Figueiredo; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo e Rui Fernando Guedes Raimundo.

**PONTO 3 - DECLARAÇÕES EMITIDAS AO ABRIGO DO N° 1 DO ART. 15° DA LEI N° 8/2012, DE 21.02**

Presentes as seguintes declarações emitidas ao abrigo do n° 1 do art. 15° da Lei n° 8/2012, de 21.02, das quais foi tomado conhecimento em reunião da Câmara Municipal de 27 de janeiro findo, e que foram remetidas com a devida antecedência a todos os membros e que a seguir se transcrevem na íntegra:

**a) declaração dos compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2016:**

**"DECLARAÇÃO**

Para efeitos do disposto na alínea a) do n°1 do artigo 15° da Lei n° 8/2012, 21.02, alterada e republicada pela Lei n° 22/2015, de 17.03, declara-se que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2016 se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais (aplicação informática do POCAL).

Envie-se à assembleia municipal e à câmara municipal e publicite-se no sítio da Internet do Município, juntando-se depois aos documentos de prestação de contas de 2016.

Paços do Município, 23 de janeiro de 2017.

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

**b) declaração dos recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2016:**

**"DECLARAÇÃO**

Para efeitos do disposto na alínea b) do n°1 do artigo 15° da Lei n° 8/2012, 21.02, alterada e republicada pela Lei n° 22/2015, de 17.03, declara-se que todos os recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2016 são os identificados no Anexo à presente declaração, que contém 1 página, perfazendo o montante total de € 58.130,29.

Envie-se à assembleia municipal e à câmara municipal e publicite-se no sítio da Internet do Município, juntando-se



2017.02.27

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

também aos documentos de prestação de contas de 2016, dos quais fazem parte integrante.

Paços do Município, 23 de janeiro de 2017.

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

**c) declaração dos pagamentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2015:**

**"DECLARAÇÃO**

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, 21.02, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17.03, declara-se que todos os pagamentos em atraso existentes a **31 de dezembro de 2016** são os identificados no Anexo à presente declaração, que contém 15 páginas, perfazendo o montante total de **€ 582.088,97**.

Envie-se à assembleia municipal e à câmara municipal e publicite-se no sítio da Internet do Município, juntando-se também aos documentos de prestação de contas de 2016, dos quais fazem parte integrante.

Paços do Município, 23 de janeiro de 2017.

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Não houve intervenções.

Foram apreciadas e tomado conhecimento das presentes declarações.

**PONTO 4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DECORRENTE DA CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE TRANSAÇÃO COM A SOCIEDADE "ÁGUAS DO NORTE, SA", AO ABRIGO DO N.º 1 DO ART. 47.º DA LEI N.º 7-A/2016, DE 30.03, NO VALOR DE € 1.039.743,51**

Presente o pedido de autorização para assunção de compromisso plurianual decorrente da celebração do acordo de transação com a sociedade "Águas do Norte, SA", ao abrigo do n.º 1 do art. 47.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30.03, no valor de € 1.039.743,51 (um milhão e trinta e nove mil e setecentos e quarenta e três euros e cinquenta e um cêntimos), aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de 15 de dezembro de 2016, o qual foi enviado a todos os membros antecipadamente, e que a seguir se transcreve:

**"ACORDO DE TRANSAÇÃO COM A SOCIEDADE "ÁGUAS DO NORTE", S.A., AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 47.º DA LEI N.º 7-A/2016, DE 30.03, NO VALOR DE € 1.039.743, 51**

**PROPOSTA**

Na sequência da fusão dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento da região Norte, as tarifas cobradas aos Municípios da Comunidade Intermunicipal do Douro baixaram em 2016 para valores próximos daqueles que vinham sendo por nós reivindicados com a criação do Fundo de Equilíbrio Tarifário,

Neste contexto, é de reconhecer a dívida faturada pela Águas do Norte, S.A. (e antes pela Águas de Trás-os-Montes e Alto

Douro, S.A." ), até meados do corrente ano, e que tinha lhe sido devolvida, com fundamento nas razões explicitadas no meu despacho, que em tempo submeti à aprovação dos órgãos municipais, no montante de € 1.039.743,51, que inclui juros de mora vencidos.

Nos termos do nº 1 do artigo 47º da Lei nº7-A/2016, de 30.03 (Lei do Orçamento do Estado para 2016), os municípios com dívidas vencidas às entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento devem apresentar-lhes um plano para a sua regularização com vista à celebração de um acordo de pagamentos que não exceda um prazo superior a cinco anos.

Em sessão da Assembleia Municipal de 10.12.2016 foi já concedida autorização prévia para a celebração de um acordo de pagamentos por cinco anos, no montante de € 311 401,85.

Considerando que o Município não dispõe de recursos financeiros suficientes para efetuar o pagamento do montante que agora se reconhece na totalidade e que a citada impõe a apresentação de um plano de pagamentos cujo prazo não pode ser superior a cinco anos, proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere:

a) reconhecer a obrigação de pagamento dos montantes titulados pelas faturas e notas de débito emitidas pela Águas do Norte, S.A. relativas a serviços prestados de abastecimento de água para consumo público e saneamento de águas residuais, no valor total de € 1 039 743,51, identificadas no Anexo I à minuta do acordo de transação que nos foi enviado através de e-mail datado de 14.12.2016;

b) celebrar com a sociedade " Águas do Norte, S.A." um acordo de transação, ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 47º da Lei nº 7-A/2016, de 30.03, naquele montante, o qual será pago em sessenta prestações mensais, nos termos do plano de pagamentos constante do respetivo Anexo II, que inclui o pagamento de juros financeiros, à taxa de 3,5%, indexada à Euribor a 12 meses, média aritmética simples das cotações do indexante no mês anterior a cada período semestral de contagem de juros, arredondada à milésima de ponto percentual, por excesso, se a quarta casa decimal for igual ou superior a cinco, ou por defeito se for inferior, acrescida do "spread" ou margem de três vírgula cinco pontos percentuais, sendo que, em qualquer circunstância a taxa de juros nominal aplicável nunca será inferior ao "spread", vencendo-se a primeira prestação no dia 31.01.2017, sendo que nos primeiros 12 meses de vigência apenas serão pagos juros vincendos;

c) aprovar a minuta da transação e os respetivos Anexos I, denominado "RELAÇÃO DAS FATURAS E DAS NOTAS DE DÉBITO" e Anexo II, denominado "PLANO DE PAGAMENTOS", que fazem parte integrante da mesma e aqui se dão por integralmente reproduzidos;



115  
-Fl. -  
2017.02.27

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

d) solicitar a emissão de nota de crédito a favor deste Município, no valor de € 16 805,09, correspondente a juros de mora devidos pelo atraso no pagamento da fatura dos consumos mínimos de 2013, e que constam dos Anexos à Transação, caso a ação administrativa comum - Processo nº 21/15.BEMDL, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela onde é Autora a sociedade "Águas de Trás os Montes e Alto Douro, S.A." que peticiona a condenação do Município de Tarouca a pagar-lhe a quantia de € 370 993,98, acrescido do pagamento dos juros de mora, no valor de € 11 873,20, bem como dos demais que se vierem a vencer até ao efetivo e integral pagamento da dívida, venha a ser objeto de decisão favorável ao Município;

e) solicitar à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 27.02, na sua redação atual e ao abrigo do nº 1 do artigo 47º da Lei nº 7-A/2016, de 30.03, autorização para a assunção do compromisso plurianual decorrente da celebração do supramencionado acordo de transação e anexos, nas condições ali indicadas e respetivos montantes anuais, cujos valores são os indicados no Mapa 1, o qual foi já objeto de autorização parcial em sua sessão de 10.12.2016, com início de produção de efeitos reportados a 15.12.2016, face à urgência da respetiva celebração.

Paços do Município, 14.12.2016.

O Vice-Presidente da Câmara,

a) José Damião Lopes Guedes de Melo"

Não houve intervenções.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a assunção do compromisso plurianual decorrente da celebração do supramencionado acordo de transação e anexos, nas condições ali indicadas e respetivos montantes anuais, cujos valores são os indicados no Mapa 1, o qual foi já objeto de autorização parcial em sessão de 10.12.2016, com início de produção de efeitos reportados a 15.12.2016, face à urgência da respetiva celebração.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 5 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PROGRAMA "CIDADÃO PARTICIPA"**

Presente a proposta da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, datada de 03.02.2017, de alteração ao artigo 6º do Regulamento do Programa "Cidadão Participa", aprovado pela Assembleia Municipal em sessão de 28 de fevereiro de 2014, com as alterações posteriormente introduzidas, e que foi enviada antecipadamente a todos os membros, e que a seguir se transcreve:

**"REGULAMENTO DO PROGRAMA "CIDADÃO PARTICIPA" -  
ALTERAÇÃO**

**PROPOSTA**

O Regulamento do Programa "Cidadão Participa" em vigor foi aprovado pela Câmara Municipal em reunião de 13 de fevereiro de 2014 e pela Assembleia Municipal em sessão de 28 de fevereiro de 2014, com as alterações posteriormente introduzidas.

Considerando a experiência adquirida nos três anos da realização daquele concurso, a Comissão Permanente da Assembleia Municipal, em sua reunião de 03.02.2017, entendeu que o mencionado regulamento deverá ser objeto de alteração no que respeita à votação dos projetos no Congresso.

Assim, propõe-se que o artigo 6º do regulamento passe a ter a seguinte redação:

**"Artigo 6º**

**(Votação dos projetos no Congresso)**

A votação dos projetos no Congresso, após a respetiva apresentação, será efetuada da seguinte forma:

1º - Os cidadãos congressistas procederão à votação de todos os projetos simultaneamente, por braço no ar.

2º - Em caso de empate na votação, proceder-se-á a nova votação entre os 2 projetos empatados, se persistir o empate, proceder-se-á ao sorteio dos projetos empatados."

**Intervenção** o 1º Secretário da Assembleia Municipal explicou que a Comissão Permanente propõe que o artigo sexto do Regulamento do Programa "Cidadão Participa" seja alterado, para que os projetos passem a ser votados todos simultaneamente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que este ano o contexto do Congresso da Cidadania será diferente porque será em movimento e acontecerá ao ar livre, e será por isso mais difícil de controlar, por isso, para que seja facilitada a votação dos projetos





Fl. 116

2017.02.27

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresentados, propõe-se a votação em simultâneo de todos os projetos.

Acrescentou que gostaríamos de ter um grande número de pessoas a caminhar no Congresso, e uma vez que será oferecido o almoço precisamos que as pessoas se inscrevam previamente.

Solicitou a todos os presentes que ajudem na divulgação deste evento, que é importante para o Concelho.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta de alteração ao artigo 6º do Regulamento do Programa "Cidadão Participa", o qual passa a ter a seguinte redação:

#### "Artigo 6º

##### (Votação dos projetos no Congresso)

A votação dos projetos no Congresso, após a respetiva apresentação, será efetuada da seguinte forma:

1º - Os cidadãos congressistas procederão à votação de todos os projetos simultaneamente, por braço no ar.

2º - Em caso de empate na votação, proceder-se-á a nova votação entre os 2 projetos empatados, se persistir o empate, proceder-se-á ao sorteio dos projetos empatados."

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 6 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO RESPEITANTE À AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RESPEITANTE AO PERÍODO DE 26.11.2016 A 17.02.2017**

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de 21 de fevereiro de 2017, respeitante aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberações da Assembleia Municipal de 28.11.2015 e de 10.12.2016, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2016 e para o corrente ano, respeitante ao período de 26.11.2016 a 17.02.2017, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve, e será arquivada sob o número trinta e dois, no maço de documentos número um do livro de atas número onze:

**"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO  
INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO 26.11.2016 a 17.02.2017**

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal e pelo Presidente da Câmara, ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 28.11.2015 e de 10.12.2016, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2016 e para o corrente ano, junto se anexa a respetiva lista, referente ao período de 26.11.2016 a 17.02.2017.  
Paços do Município, 17.02.2017.

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi apreciada e tomado conhecimento da informação respeitante à autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais respeitante ao período de 26.11.2016 a 17.02.2017.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 7 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DA RESPETIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS EMPRESAS LOCAIS E EM QUAISQUER OUTRAS ENTIDADES (ALÍNEAS B) E C) DO N.º 2 ART. 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12.09).**

Presente a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n.º 2 art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09), a qual será arquivada sob o número trinta e três, no maço de documentos número um do livro de atas número onze.

Intervieram os seguintes membros:

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara o mais recente entendimento que tiveram para a recuperação do edifício da antiga escola primária de Granja Nova, cuja ideia inicial nasceu com o objetivo de homenagear o Senhor Professor Macário Ribeiro de Almeida, uma vez que foi a sua família que doou o terreno para a construção daquele edifício, bem como pelo grande empenho que sempre tiveram no desenvolvimento da sua freguesia.

Deixou ainda uma palavra de apreço ao grupo de jovens da sua freguesia, e um agradecimento aos Senhores Presidente da Câmara e Vice-Presidente pelo apoio que



2017.02.27

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

têm dado àquele grupo de jovens, que tão originalmente participou nas últimas janeiras realizadas no Auditório Municipal, e que se denominam "Os Formigas". Referiu que a Junta de Freguesia lhes tem dado todo o apoio possível, uma vez que têm imprimido uma dinâmica social que há muito não via na sua freguesia. Agradeceu à Câmara Municipal por toda a disponibilidade que têm tido para os ajudar.

Agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Presidente da Assembleia, em seu nome pessoal e dos trabalhadores da Câmara Municipal as palavras elogiosas que lhes dirigiram pelo empenho de todos os trabalhadores no dia do incêndio, o que entende que foi um ato natural, porque também sentem que o Executivo está com eles.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que, em relação à escola de Granja Nova, disse que este é um ato merecido ao homem, poeta e escritor daquela freguesia, podendo contar com o apoio do Município.

Passou-se de seguida ao

#### 2º MOMENTO DO PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveu-se para intervir no segundo momento do período de intervenção do público a cidadã **Maria Assunção Monteiro** que iniciou por informar que, no próximo mês de março, vão decorrer as seguintes atividades, cuja receita reverte a favor do Centro Paroquial Santa Helena da Cruz: no dia doze de março o GASPTA promoverá os crepes solidários e no dia dezanove de março a Associação ELAS promoverá a Feijoada Solidária.

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, colocou as seguintes questões:

- Houve ou não distribuição dos tradicionais cabazes de Natal?

- Porque não é dado conhecimento à Assembleia Municipal dos relatórios anuais dos diversos Conselhos Municipais (Juventude, Educação, Saúde, Segurança)?

- O que se passou afinal no Centro Escolar de Tarouca, na última semana? Qual foi o motivo que esteve na origem de tantas crianças e adultos adoecerem?

Concluiu felicitando todos aqueles que nestas reuniões têm defendido para si e para os outros o direito à liberdade de expressão nos termos constitucionais.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em resposta informou que a Câmara Municipal oferece cabazes de natal às famílias carenciadas, mas não faz disso publicidade.

Relativamente ao Centro Escolar, disse que já teve oportunidade de falar nesta reunião sobre o assunto, por isso se precisar de mais esclarecimentos deverá dirigir-se ao Senhor Diretor Escolar, uma vez que é da sua competência o funcionamento daquela Escola.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que irá enviar por escrito as questões colocadas pela cidadã Maria Assunção Monteiro ao Senhor Presidente da Câmara.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião pelas dezoito euros e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada nos termos legais.

E eu, *Ana Maria Guerra Borges*, Coordenadora Técnica da Secção de Expediente Geral e Apoio aos Órgãos Autárquicos, designada para secretariar a reunião, a redigi e subscrevi.

O Presidente da Assembleia Municipal,

